



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE	-7. JAN. 1980	DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Quatro pontos colaterais

Plínio Sequeira

1 Trabalho ao domingo sem protesto da Igreja

Em plena quadra do Natal o patronato pretendeu abrir o comércio ao domingo com o pretexto de melhor servir o público. Para isso passaria por cima da vontade dos trabalhadores e dos sindicatos, sem diálogo e sem hesitações, apenas invocando as razões da sua conveniência. A tentativa de abrir as lojas ao domingo, sem acordos nem contratos de trabalho que viabilizassem tal perspectiva, teve pela frente a oposição firme dos trabalhadores, que não se deixaram dividir.

Uma pequena guerra de comunicados deixou tudo bem explicado e a situação ficou clara, sem dúvidas para ninguém.

Só não se explicaram os clérigos. Desta vez a «voz dos Anjos» não se fez ouvir e seria natural que o trabalho ao domingo tivesse o protesto deles. Com a mesma força com que na quadra eleitoral deram apoio a determinado movimento pro-voto.

→ Ou teriam ficado na tribuna a gem de pregar que no sétimo dia não descansarás?...

2 Sá Carneiro e a comunicação social

Nisto de protestar e não protestar a medida é como a da água-benta: cada um toma a que quer.

Ainda há pouco tempo a eng.ª Lurdes Pintasilgo provocou os maiores protestos dos jornalistas e do respectivo Sindicato, por afirmações feitas à porta do Palácio de Belém.

Pois bem, o Primeiro Ministro Sá Carneiro, no discurso da posse, no Palácio da Ajuda, disse isto:

«O Governo ouvirá atentamente a opinião pública, expressa através dos órgãos de comunicação social, que não tentará obrigar por meios administrativos informar o País como a cada momento lhe convenha. Não esquecerá, porém, que a opinião que os órgãos de comunicação social reflectem, ou até eles próprios produzem, não é frequentemente a opinião nacional, às vezes nem sequer uma sua parte significativa.»

Que tal este desprimor para os jornais, os jornalistas e o respectivo Sindicato, que reflecte claramente a opinião do Primeiro Ministro sobre o rigor e a objectividade da comunicação social portuguesa, ao dizer que «a opinião que os órgãos de comunicação social reflectem, ou até eles próprios produzem, não é frequentemente a opinião nacional, às vezes nem sequer uma sua parte significativa?»

Parece que ainda ninguém protestou. Talvez nem se tivesse reparado. Por uma vez a Primeira Ministra poderá pensar que o dr. Sá Carneiro está de acordo com ela...

3 O discurso do PR — ouvir só o que se quer

Os arautos da AD estão a demonstrar que aceitaram mal o discurso do Presidente da República perante o novo Governo, no acto da posse. As reacções foram imediatas, isto é, não se fizeram esperar, algumas até ainda o discurso ia em meio.

Vem um e diz que o Presidente se referiu ao aspecto financeiro mas que devia ter deixado mais claro o aspecto económico, fazendo valer assim uma grande diferença entre aquilo que é económico e o que é financeiro — como disse o n.º 1 interino do PSD.

Veio outro e afirmou que o general Eanes quis apenas defender «os seus Governos».

Outro ainda disse que «se Eanes estivesse certo, o povo teria votado no PS ou no PC. Como votou AD, o general Eanes não tem razão».

Mais outro escreveu que o Presidente foi longe demais ao afirmar que a conjuntura económico-financeira «apresenta aspectos nitidamente favoráveis», pois também a Suécia, a Grã-Bretanha, a Itália, a Espanha e a própria Turquia melhoraram a balança de pagamentos.

Em suma: o Presidente disse o que disse, mas não era aquilo que eles queriam ouvir.

Afinal dava para entender: tratou-se de sublinhar o panorama económico-financeiro que foi deixado ao V Governo constitucional, para que não ficasse esquecido o que foi encontrado pelo primeiro e pelo segundo e pelo terceiro e pelo quarto e pelo quinto governos que o antecederam.

Há verdades que não se querem ouvir. O resto é conversa.

4 A parábola de São Lucas e da Santa Aliança que já abana

No momento em que escrevemos dizem-me que os líderes da AD tentam ultrapassar as divergências quanto à Presidência da Assembleia da República.

Primeiro foi um jornal estatizado que tinha um director reformador que informou sobre a designação de Medeiros Ferreira para o cadeirão do Parlamento. Depois foi o é, não é, não será.

A seguir surgiu o nome de Leonardo Ribeiro de Almeida, logo confirmado com a propositura pelo PSD, que é diferente de sê-lo pela AD.

Pela mesma altura já se movimentava Lucas Pires com o seu desejo de ser porta-voz parlamentar da Aliança. Querias o lugar? Mas não to dou — parece ter dito a direcção do PPD/PSD. Neste momento ainda estamos na fase do é, não quero ser, será ou não será.

Entretanto, em manchete de primeira página, um diário da manhã pinta a negro que a aliança já abana.

O folhetim vai ter o seu epílogo no dia 8 ou talvez um pouco mais tarde, numa segunda volta.

Como a eleição do presidente da A.R. é feita por voto secreto, talvez não se venha a saber quem não votou a favor, se as favas contadas dos 128 votos não saírem a cem por cento.

O assunto é importante pois trata-se da eleição do número dois da hierarquia do regime. Importante para todos nós.

Mas não é menos importante para o dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, que está a ficar salpicado neste jogo de divergências dentro da Aliança, em que não são apenas os reformadores que levantam poeira, mas o CDS de Freitas do Amaral, Lucas Pires e Rui Pena e, é claro, o próprio PSD. Só o PPM está à margem, segundo consta.